



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (28/06) a Quinta-feira (04/07)

Manchetes

O Globo: ONU cobra explicações do Brasil por decreto de Bolsonaro que demitiu investigadores de casos de tortura

G1: Rio de Janeiro teve 38 tiroteios com 3 mortos ou mais em 2019; polícia esteve envolvida em 28, aponta laboratório de dados

G1: Polícia do RJ cometeu 1 em cada 3 homicídios no estado em maio

Estadão: Quatro presídios do Amazonas terão visitas suspensas por mais 30 dias

Folha de S. Paulo: Mesmo com superlotação carcerária, Paraná aumenta em 334% o número de prisões

Metrópoles: Distrito Federal tem 16.766 presos, mais que o dobro da capacidade máxima

Correio Braziliense: Auditoria aponta falhas na Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso no DF

MPF: GT Interinstitucional da 7CCR pede que Senado rejeite projeto de lei sobre trabalho de presos

Síntese das notícias

ONU cobra explicações do Brasil por decreto de Bolsonaro que demitiu

investigadores de casos de tortura: A missão permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) foi chamada a dar explicações sobre medidas do governo Jair Bolsonaro que afetam as condições de trabalho do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão ligado ao Ministério Público (MP) e ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Em junho, um decreto presidencial exonerou e extinguiu os salários de peritos responsáveis por fiscalizar penitenciárias, hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas, entre outros. Nesta segunda-feira, o subcomitê da ONU voltado para a prevenção da tortura manifestou preocupação sobre o tema e requisitou reuniões com os diplomatas brasileiros em Genebra, na Suíça. O pedido por explicações é uma resposta da ONU à denúncia apresentada pela entidade Justiça Global no mesmo dia em que Bolsonaro assinou a exoneração dos profissionais. Fonte: **O Globo**.

(01/07/2019)

RJ teve 38 tiroteios com 3 mortos ou mais em 2019; polícia esteve envolvida em 28,



aponta laboratório de dados: O Estado do RJ teve, no primeiro semestre deste ano, 38 tiroteios com três mortos ou mais. Este número supera o registrado no mesmo período do ano passado: 37. Segundo a plataforma Fogo Cruzado, a cujos dados o G1 teve acesso, a polícia esteve presente na maioria dos casos do primeiro semestre: foram 28 das 38, ou 73%. De janeiro a junho do ano passado, das 37 ocorrências com três mortes ou mais, a polícia participou de 21, ou 56%. Comparando os dois anos, a participação da polícia nessas ações subiu 17 pontos percentuais. Dos 149 mortos apontados pelo levantamento do Fogo Cruzado, 112 morreram no momento em que havia operações ou ações policiais. Fonte: **G1. (03/07/2019)**

Polícia do RJ cometeu 1 em cada 3 homicídios no estado em maio: A escalada no número de pessoas mortas pela polícia do Rio de Janeiro fez com que as forças de segurança respondessem por um terço dos homicídios no estado em maio. A taxa recorde foi atingida em maio, quando a polícia fluminense matou 171 pessoas, 32,2% do total dos casos de letalidade violenta (531), que reúne todos os índices criminais que resultaram em morte. No mesmo mês do ano passado foram 583 casos de mortes violentas, dos quais 145, ou 24,9%, causadas pela polícia. Nos cinco primeiros meses de 2019 somados, essa taxa é de 28,6%. Trata-se de um salto em relação aos 20% registrados no mesmo período do ano de 2018. Fonte: **Folha de S. Paulo. (28/06/2019)**

Quatro presídios do Amazonas terão visitas suspensas por mais 30 dias: A Secretaria de Administração Penitenciária do Amazonas (Seap) decidiu por mais 30 dias de visitas suspensas em quatro unidades prisionais do estado: O Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), a Unidade Prisional Do Puraquequara (UPP), o Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat) e o Centro de Detenção Provisória Masculino (CDPM1). A suspensão inicial ocorreu depois do massacre, no fim de maio, que deixou 55 detentos mortos. A prorrogação da suspensão de visitas, autorizada pelo Tribunal de Justiça do estado, também inclui a proibição de entrega de materiais de higiene. O defensor público geral do Amazonas, Rafael Barbosa, é contrário à prorrogação da suspensão de visitas. Ele observa que muitos dos presos já estão pela segunda ou terceira vez na unidade e retornaram condenados por crimes mais graves, o que revelaria falha nas políticas de ressocialização. Fonte: **Estadão. (02/07/2019)**



Mesmo com superlotação carcerária, Paraná aumenta em 334% o número de pessoas presas: O número de prisões no Paraná cresceu 334% nos primeiros quatro meses de 2019 em relação ao mesmo período do ano passado: de 157, subiu para 682. A Secretaria da Segurança comemorou o resultado, apontando para as ações promovidas pelas polícias do estado, já que houve um crescimento de 140% no volume de operações de combate à criminalidade. Os números, no entanto, escancaram um gargalo para a administração pública: a superlotação carcerária. Atualmente, há déficit de aproximadamente 3.000 vagas nas penitenciárias e de cerca de 9.600 nas prisões provisórias, somando 12,5 mil presos a mais do que espaço. Há dez anos não é construída uma única vaga no sistema. Fonte: **Folha de S. Paulo. (04/07/2019)**

Superlotação: DF tem 16.766 presos, mais que o dobro da capacidade máxima: Com capacidade máxima de abrigar 7.395 presos, o sistema penitenciário do Distrito Federal possui 16.766 pessoas em privação de liberdade. O número de detentos supera em mais de duas vezes a quantidade de vagas, ou seja, a superlotação chega a 9.371 internos. Os números fazem parte de um levantamento feito pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em maio deste ano, ao qual o **Metrópoles** teve acesso. A superlotação nas prisões da capital do país é uma das mais altas do país. A taxa de ocupação atinge o índice de 226,72%. Desde 2016, o número de vagas nos presídios brasileiros é o mesmo. Na época, a situação já era preocupante e o déficit chegava a 7.563. De lá pra cá, a quantidade de detentos não parou de crescer: subiu de 14.958 para 16.766. (01/07/2019)

Auditoria aponta falhas na Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso no DF: Uma auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) na Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap) mostrou que, entre os presos autorizados a trabalhar fora do Complexo Penitenciário da Papuda, apenas 30% têm contratos externos. O total de empregos intermediados pela Funap é ainda menor: 17% dos detentos conseguiram uma atividade por atuação da entidade. Assim, o TCDF cobra medidas do governo para garantir a ressocialização dos egressos do sistema penitenciário. O levantamento dos auditores do TCDF, realizado no ano passado e concluído em março de 2019, mostra que a ação do órgão é insuficiente e praticamente restrita à intermediação de vagas de trabalho. Fonte: **Correio Braziliense. (28/06/2019)**



GT Defesa da Cidadania pede que Senado rejeite projeto de lei sobre trabalho de presos: O Grupo de Trabalho (GT) Interinstitucional de Defesa da Cidadania, coordenado pelo Ministério Público Federal (**MPF**) e com mais de dez instituições civis e do Sistema de Justiça no Rio de Janeiro, se opôs ao projeto de lei que pretende obrigar cidadãos presos a ressarcirem o Estado pelo período encarcerado (PL 580/2015). O projeto para alterar a Lei de Execuções Penais (LEP), em fase avançada de tramitação no Senado, foi refutado pelo GT Defesa da Cidadania em nota técnica n. 4/2019 e na reunião aberta à sociedade na tarde do último dia 28 na sede do MPF na 2ª Região (RJ/ES), no centro do Rio. Veja a [íntegra da Nota Técnica](#). (01/07/2019)